

APRESENTAÇÃO

*Helena Maria Marques Araújo**

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

Caros leitores, convido-os a mergulharem numa “viagem” através deste número do Caderno do CEOM, dedicado especialmente a discutir identidade(s) e as questões identitárias. Sabemos o quanto tais questões estão na pauta do dia quer seja na mídia através dos inúmeros conflitos espalhados no mundo todo que refletem choques culturais e identitários, quer em pesquisas e estudos também feitos em diferentes espaços sociais e territórios.

Sabemos que o multiculturalismo se originou nos EUA, especialmente a partir da década de 1960, com os movimentos sociais, movimentos de pressão e reivindicação de algumas minorias, principalmente negras. Envolveu protestos antidiscriminatórios e lutas pela implantação de determinados direitos civis.

Na Europa a questão multicultural está ligada ao fenômeno da imigração, principalmente nas últimas décadas. Muitas vezes isto se concretizou em manifestações pelo reconhecimento das diferentes nacionalidades no mesmo país. Por outro lado, na América Latina, a questão multicultural surge inicialmente referida às populações indígenas (missões, experiências peruanas etc). Neste continente a

Educação Popular, assim como o Movimento Negro, se orientam para atender de modo mais adequado a diferentes grupos sociais e culturas marginalizadas.

Ao colocar em discussão os direitos das minorias e a questão das identidades, o multiculturalismo desestabilizou a visão monocultural, pois reafirmou, no contexto sociocultural de qualquer grupo, a existência da diversidade, da subjetividade, da relatividade.

A relação entre cultura e identidade é indiscutível, já que esta última é o conjunto de elementos relativamente sistematizados e internalizados no nosso processo de socialização. Reconhecemo-nos como idênticos a uns e, conseqüentemente, diversos de outros, e não seria possível pensar essa relação dissociada do processo cultural. É na cultura que encontramos práticas, valores, saberes, princípios com os quais nos identificamos, nos filiamos.

Nesse sentido, a identidade de cada um de nós está sempre em construção, já que interage com as transformações vivenciadas no contexto social, responsáveis pela infinita produção de cultura. A identidade se constrói sempre na alteridade. A união do que é idêntico, análogo, semelhante se faz em um processo de diferenciação, no qual o diferencial é sempre o outro, o diverso. Quando nos identificamos como brasileiros, sempre o fazemos tendo como contraponto o que entendemos por argentinos, franceses, alemães etc.

Hall (2002, 2003) afirma essencialmente que a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social, ou seja, as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Hall (2002, 2003) escreve a partir de uma posição basicamente alinhada à afirmação de que as identidades modernas estão

sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. O próprio conceito com o qual estamos lidando – identidade – é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova.

Ainda segundo Hall (2002, 2003), um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas desde o final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo, por isso acaba virando uma questão hoje em dia.

Um outro aspecto desta questão da identidade está relacionado ao caráter da mudança na modernidade tardia, ou seja, ao processo de mudança conhecido como “globalização” e seu impacto sobre a identidade cultural.

Por outro lado, não podemos falar de identidade sem falar de diferença (SILVA, 2000). Sob este prisma a linguagem não passa de um sistema de diferenças. Sendo assim, afirma que a diferença não é apenas um produto, e sim, um processo básico de funcionamento da língua e de instâncias culturais e sociais, como a identidade, por exemplo. Logo, a diferença é parte ativa da formação da identidade. Tanto a linguagem, quanto a identidade tendem à fixação.

Tomaz Tadeu da Silva (2000) afirma que o hibridismo produz identidades novas, mas que mantêm traços delas. Essa hibridização se dá entre identidades assimetricamente situadas em relação ao poder. Para ele, identidade não é essência, não é dada. Ela é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. Logo, está

francamente ligada às estruturas discursivas e narrativas, tendo estreita conexão com as relações de poder.

Segundo Cuche (1999), o conceito de cultura é um grande sucesso fora das Ciências Sociais e associado a ele frequentemente surge o conceito de identidade. As crises culturais costumam ser vistas como crises de identidade. Para ele a cultura pode existir sem consciência de identidade e as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá, então, quase nada em comum com o que ela era anteriormente.

A cultura depende, em grande parte, de processos inconscientes; já a identidade remete à norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

Portanto, a identidade é uma construção social e não um dado. A construção da identidade se faz no interior de contextos. Cuche (1999) apresenta uma concepção de identidade relacional que ultrapassa a alternativa objetivismo/ subjetivismo, já que existe em relação ao outro (identidade/alteridade). Para definir a identidade de um grupo é importante localizar os traços culturais que são usados pelas pessoas de um grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Logo, a identidade se constrói e se reconstrói no interior das trocas sociais.

O caráter múltiplo e fragmentário da identidade (Castells, 1999) pode sustentar múltiplas identidades. No entanto Castells (1999) faz uma distinção entre identidades e papéis sociais (trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, para utilizar os exemplos citados por ele), no sentido de os últimos estabelecerem uma relação de segunda ordem com as identidades.

Ao aceitarmos o desafio dos autores aqui apresentados em seus textos enveredamos por diferentes caminhos que nos apontam determinadas diferenças em suas propostas conceituais sobre identidade(s) e cultura(s). Porém, percebemos que uma das características marcantes apresentada por todos eles é a dimensão construtivista da identidade, ou seja, a identidade como sendo resultado de uma construção social e da complexidade do social. Por isso, a identidade se apresenta multidimensional e sincrética, com

um caráter dinâmico que causa dificuldade de delimitá-la.

Para terminar entendemos que a temática das identidades assume centralidade em diversas pesquisas atuais como nas aqui descritas, porém, está longe de ser considerado um assunto já definido sobre balizamentos estáveis. O conceito de identidade, neste momento, pode ser visto como uma ferramenta para o empreendimento de pesquisas sociais em um tempo em que as narrativas modernas passam por um panorama de crise, em que intensifica-se a busca por entendimento dos efeitos da modernidade tardia e há uma procura por identificações e legitimação dos processos sociais. Sendo assim, desejo a você, leitor, uma *Boa viagem!*

Notas

¹ Doutora em Educação pela PUC-Rio. Professora Adjunta de História do CAP/ UERJ e de Estágio Supervisionado de História do Departamento de História da UERJ.

Referências

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro; 7^a ed. São Paulo: DP&A, 2002.

_____. Da Diáspora. **Identidades e Mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Álvares, Francisco Rüdger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

